Entre o território e a utopia: economia solidária e educação transformadora em diálogo

Conversa com Ana Dubeux e Jordi Estivill
com moderação de Carlota Quintão[1]

Que cruzamentos identificamos e que convergências podemos aspirar, entre a economia social e solidária e a educação transformadora? Que experiências instigantes podem ser reconhecidas no cruzamento destes campos?

Estas foram as questões de partida propostas para refletir sobre o desafio lançado pela Revista **Sinergias – Diálogos para a Transformação Social**, dedicado à "Memória, Celebração e Resistências", no momento do seu novo número comemorativo.

Este diálogo é uma iniciativa do Coletivo A3S, antiga Associação A3S (2006-2024), dedicada aos valores da Economia Social e Solidária e à busca de modos de vida sustentáveis e justos. Quisemos questionar dois campos de resistências que, na nossa experiência, muito se aproximam em princípios e aspirações, mas que pouco se tocam na prática do quotidiano. Para explorar algumas respostas, dialogámos com duas vozes com longos percursos de resistência, ampla experiência internacional e oriundas de contextos geográficos, históricos e culturais distintos: Ana Dubeux e Jordi Estivill.

A Ana é membro do Conselho Científico da Revista Sinergias ED. Colaborou de perto com a Comunidade Sinergias ED, propôs-nos metodologias críticas e reflexões 'desinstaladoras'. De origem brasileira, a Ana vive hoje em França e é professora emérita da Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde continua a ter um papel ativo e a orientar estudantes de doutoramento. Construiu ao longo de décadas um percurso inseparável do movimento da economia solidária e da agroecologia no Brasil, privilegiando a aproximação entre academia e comunidades. Entre o pensamento e a militância, a sua trajetória é a de alguém que persiste na articulação entre teoria e prática e na promoção dos princípios da educação popular e da autogestão.

O Jordi é um companheiro catalão, membro fundador da Associação A3S. É historiador, professor jubilado da Universidade de Barcelona e do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Tem-se dedicado há décadas à investigação e ao ativismo nos campos da economia social e

[1] Esta conversa foi moderada por Carlota Quintão no âmbito das celebrações dos 13 anos do projeto Sinergias ED e do lançamento do número 20 da sua Revista, e editada por Ana Luísa Martinho, Carlota Quintão e Joana Marques do Coletivo A3S. Este diálogo foi desde o início pensado como uma forma de homenagem. Hoje, reveste-se de um significado ainda maior com a partida do Jordi. Tendo sido concluído algumas semanas antes de nos deixar, o texto foi ainda revisto e aprovado pelo próprio. Este texto é também a nossa homenagem ao Jordi, companheiro de uma longa trajetória de construção coletiva na associação A3S, fonte permanente de inspiração e provocação, que nos deixa um legado extraordinário que perdura e ao qual regressaremos sempre.

solidária, da luta contra a pobreza e a exclusão social e das políticas sociais. Testemunha e estudioso dos fascismos do sul da Europa no século XX, construiu uma reflexão e produção intelectual fundamental sobre cultura associativa, movimentos de resistência e os seus processos de reinvenção, aliada a uma vivência profundamente comprometida com essas práticas e movimentos.

Economia social e solidária: um projeto político, não um setor

A conversa iniciou com um enquadramento da economia social e solidária situado a partir de contextos distintos. No Brasil, explica Ana Dubeux, utiliza-se apenas a expressão "economia solidária". E essa diferença não é apenas linguística: tem raízes históricas, políticas e epistemológicas.

"A economia social e solidária não é um setor. É um projeto político de transformação da sociedade. Pode ser utópico demais, mas é isso. É um projeto político de transformação da sociedade regulado por valores, de ética, de solidariedade, de cooperação, de resistência. E, portanto, nós não podemos considerar a economia solidária como um setor. É preciso que ela vá para além disso, no sentido da transformação das estruturas da sociedade como um todo" (AD).

Jordi Estivill situa essa diferença no peso histórico que a economia social acumulou na Europa, por contraponto a uma menor institucionalização na América Latina, o que lhe confere maior autonomia de intervenção e a aproxima de um carácter mais popular. *"Se o Brasil não utiliza a economia social, é porque não existiu a economia social como era na Europa. Isso significa que temos grandes vantagens e grandes inconvenientes. Os inconvenientes são que, na Europa, o peso da história é muito grande. E o peso institucional também é muito grande. O que não é o caso dos países da América Latina onde não existiu um Estado de bem-estar, e onde a segurança social sempre foi muito pequena, e onde o mundo cooperativo teve uma vida muito ligada ao mercado, e o mundo mutualista criou grandes organizações. Então, feita essa observação, na América Latina utiliza-se também a economia popular e solidária" (JE).*

Associado a esta vertente mais popular, inclui-se frequentemente neste movimento a designada economia informal, que assume um peso distinto nos contextos europeu e latino-americano. *"É interessante porque isso significa que incluem na economia solidária o que alguns economistas chamam de setor informal da economia – aqueles que não estão integrados no mercado, e ainda menos no Estado. Em alguns países, por exemplo, no Peru, corresponde a 60 ou 70% da população. Isso não existe na Europa. Há economia informal, mas não chega mais além do que 30% no caso da Grécia" (JE).*

Neste contexto, ambos convergem numa convicção fundamental: a economia solidária não é um setor, é um movimento sociopolítico. Como diz Jordi, *"como um movimento sociopolítico, temos de ter os instrumentos e as armas de um movimento sociopolítico. Fazer alianças, abraçar as forças, para ir avançando na construção da economia solidária" (JE).*

É neste quadro que a natureza das organizações se define menos pelo seu estatuto jurídico e mais pelo projeto político transformador que as orienta, especialmente assente na autogestão. *"Para nós o que define a economia solidária é o projeto político transformador que está por trás. Não é o estatuto jurídico. Podemos ter associações, podemos ter cooperativas, podemos ter grupos informais que não têm estatuto nenhum. A autogestão é uma categoria completamente abandonada na Europa. Aqui na França eles chamam assim — ringard -, é velha, ninguém quer muito saber. Mas para nós é muito importante" (AD).*

Jordi também lembra que o referencial da autogestão permanece vivo em alguns contextos europeus, como é o caso da Catalunha. *"A autogestão continua presente aqui na Catalunha, e isto deve-se às experiências históricas das coletivizações durante a Guerra Civil. Isto continua sendo um referencial muito importante para a economia solidária" (JE).*

Educar a partir da pedagogia da autogestão

A partir deste entendimento da economia solidária como movimento sociopolítico, coloca-se em questão o lugar da educação. Para Ana Dubeux, a educação associada ao projeto da economia solidária é orientada pela educação popular e pela pedagogia da autogestão e, como tal, é inerentemente um projeto transformador. *"Para mim é o ponto de convergência entre a educação para a transformação e a economia solidária é pensar a educação para a cooperação, ao invés da educação para a competição, que desde a mais tenra idade na escola é o projeto neoliberal que se instala"*. Significa pensar uma pedagogia em que a pessoa é *"sujeito do próprio processo, tem um papel no processo educativo para além de ser um mero recetor"*. Esta perspetiva convoca também um questionamento das práticas quotidianas dos sistemas educativos, frequentemente enraizadas e, como tal, naturalizadas, como as classificações escolares ou a valorização do "chegar em primeiro lugar" como sinónimo de sucesso. Ana questiona, *"como é que a gente pode pensar, desde a mais tenra idade, processos pedagógicos que estimulem cooperação, que pensem no projeto transformador da sociedade a partir de uma economia inclusiva, que pense os seres vivos no centro da vida económica, coisa que o capitalismo completamente separou?" (AD).*

Entre 2008 e 2016, Ana integrou um processo nacional de formação em economia solidária coconstruído com o governo federal brasileiro: o Centro de Formação em Economia Solidária. Oito anos que não foram uma política pública convencional, mas um laboratório vivo de pedagogia e autogestão. O princípio orientador era simples e radical: quem entende de economia solidária é quem está implicado a partir de dentro das experiências. A universidade não chega com respostas — aprende e constrói com quem está no "*chão do trabalho*". *"Para nós, vamos dizer assim, quem entende de economia solidária é quem está dentro das experiências de economia solidária. Você pode ser doutor em Harvard, não necessariamente consegue ser formador numa experiência de economia solidária, porque tem elementos que são construídos a partir da resistência local, a partir da epistemologia que é construída localmente. Então, a gente fala aí de uma educação contra-hegemónica que, para nós, se constrói por dentro das iniciativas de economia solidária e que se orientam pela educação popular e pela pedagogia da autogestão" (AD).*

Esta experiência radicou num processo de mapeamento e transformação: identificar pessoas nas iniciativas de economia solidária que não se reconheciam como educadoras e acompanhá-las nessa transformação em educadoras. *"Uma pessoa que trabalha no balcão de um banco comunitário de desenvolvimento, compreende como funciona. Como posso virar formador nisso? Eles se compreenderem como educadores, eles se identificarem, eles aprenderem a fazer educação e eles trabalharem a educação, porque para nós a educação em economia solidária se dá a partir dos processos de resistência, que são levados à frente pelos sujeitos que fazem a economia solidária, a partir do chão do trabalho, a partir da identidade que eles desenvolvem na realidade e, sobretudo, na vinculação com o território" (AD).*

Nesse contexto, educação e construção do conhecimento não se confundem, e ambas precisam ser consideradas. *"O processo de construção do conhecimento se dá nessa relação entre saber popular, saber científico, e de como esse diálogo se estabelece para construir o*

novo" (AD). A importância das linguagens não verbais e das diferentes expressões, é também central neste contexto: *"falar para nós não é o principal"*, sublinha Ana. O processo de construção do conhecimento e de transformação passa por assumir *"o trabalhador como sujeito capaz de refletir, sobre a sua própria prática, e de, no processo da práxis, ser trabalhador e educador ao mesmo tempo" (AD)*.

Quando esta experiência terminou no contexto das mudanças políticas da última década, o processo não desapareceu. Ficou nas pessoas que formou, nas publicações escritas pelos próprios sujeitos em aprendizagem, nas redes que se estabeleceram, nos territórios onde esse conhecimento continua a circular.[2]

Jordi Estivill assinala a ausência, no contexto europeu, de uma tradição formativa no campo da economia solidária comparável à que Ana relatou. *"Não temos, na Europa, a tradição brasileira de formação que tiveram durante estes oito anos. Portanto, não há uma incorporação muito grande dos educadores para os temas de economia solidária"*. Aponta, ainda assim, para a existência de uma tradição formativa mais antiga, ligada ao movimento operário do século XIX — uma conceção de educação e formação como instrumentos de emancipação da classe trabalhadora que, em Espanha, foi interrompida pela ditadura. *"Esta tradição de conseguir a formação e a educação como um elemento de emancipação foi destruída pelo franquismo. O franquismo significa que estas tradições ficam ignoradas, ficam submergidas, ficam opacas. E foi a partir dos finais dos anos 1970 que começou a existir uma renovação da pedagogia e da formação" (JE).* Um elemento que sobreviveu a esse apagamento foram as cooperativas escolares dos anos 60 — espaços criados por docentes e famílias que não queriam enviar os e as filhas para a escola franquista ou católica. Para Jordi, foram *"muito importantes para a renovação do movimento pedagógico"*[3].

No espaço académico, o diagnóstico é partilhado dos dois lados do Atlântico: os avanços são muito limitados. Existem cursos sobre economia solidária, mas muitos deslizaram para o empreendedorismo social ou para uma lógica puramente instrumental. Segundo Jordi, *"em Espanha, neste momento, há cerca de 20 universidades que dão cursos de economia social e solidária. Mas nem todos estes cursos serão com conteúdos de economia solidária. Muitos deles serão cursos de empreendedorismo social e outros conceitos que estão muito longe da economia solidária" (JE).*

Outro eixo ainda trazido para a discussão por Ana Dubeux prende-se com os programas de incubação e extensão universitária. No Brasil, existem redes de incubadoras que *"são estruturas universitárias que trabalham o acompanhamento das iniciativas de economia solidária tanto de universidades quanto de institutos federais tecnológicos"*. Ana cita como exemplos a Rede Unitrabalho, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sendo redes heterogéneas com diferentes conceções de economia solidária, *"todas, de alguma maneira, têm a perspetiva da economia solidária como projeto de transformação social" (AD).*

Jordi contrapõe que também este exemplo de incubadoras não existe nas universidades espanholas. *"A universidade vive de costas para a sociedade. E as grandes tentativas que se fizeram na extensão universitária são um fracasso"*. Ainda assim, aponta a existência de algumas experiências interessantes no desenvolvimento de *"uma nova forma de explicar a economia da escola primária e secundária. Isto criou um movimento interessante de materiais pedagógicos*

[2] Ver, por exemplo, a coletânea *Educação Popular e Economia Solidária no Nordeste*, partilhada na Revista Sinergias ED n.º 7 (Jul. 2018). Disponível em: https://sinergiased.org/migracoes-desenvolvimento-2/

[3] Ver a mais recente publicação do autor: Estivill I Pascual, Jordi, (2026) *El cooperativisme sota el franquisme a Catalunya: Repressió, acomodació i alternatives*, Tigre de Paper, Cataluña, ISBN 13: 9791387645304.

e de uma nova forma de ensinar a economia, onde se incorporam os conceitos de cooperação, democracia, autogestão, etc." Jordi refere existirem ainda outros exemplos, como os Economistas Sem Fronteiras ou o programa Cidade Invisível, que demonstram um compromisso com um conceito alternativo de economia e uma discussão mais estratégica. Contudo, no geral, a educação e formação em economia solidária *"deixa de lado o seu aspeto sobre transformação política – transformação política do liberalismo, naturalmente" (JE).*

O território como ponto de confluência

Um ponto em que as experiências de Jordi e Ana evidenciam convergências mais claras, também no plano empírico, diz respeito ao território.

Para Ana Dubeux, o local não é apenas uma escala de intervenção — é uma forma de conhecer. *"O território é ponto de partida do processo de educação em economia solidária. O que significa entender o território não como um espaço geográfico, mas entender o território como espaço de identidade, onde diferentes territorialidades se manifestam e se engajam" (AD).*

O movimento da economia solidária tem uma grande multiplicidade de temáticas, lutas e identidades que convergem no território. *"Então, tem as mulheres, tem os indígenas, tem os quilombolas, tem os negros, tem os movimentos urbanos, tem os movimentos rurais, é muita coisa misturada e que acaba gerando uma dificuldade de identidade nas lutas. Então, essa concretude precisa passar por isso também. E, para mim, o ponto de convergência é o território" (AD).* Nas palavras de Ana, "territórios da economia solidária" são *"os lugares onde essas relações entre pessoas, instituições e disputas de poder acontecem."*

Neste contexto, as resistências são necessariamente multifacetadas e colocam desafios concretos à ação coletiva e ao próprio projeto político da economia solidária. *"E aí tem um processo para mim, da educação e que se liga com o projeto político da economia solidária, que é pensar justamente essas resistências e tentar de alguma maneira agir para haver confluências de alguma maneira. Mas quem faz? Quando faz? Como faz? Como financia? Qual é o método? Tudo isso são, para mim, grandes interrogações que hoje a gente tem" (AD).*

A resposta a estas interrogações encontra-se, sobretudo, no território entendido como espaço de articulação entre experiências e sujeitos diversos: *"Estar atenta ao global, mas agir sobretudo no local, no território. Porque, para mim, é a multiplicidade de pequenas experiências que poderão um dia ter um caldo que vai gerar a transformação. Então, eu penso que são as articulações locais, da escola, com as resistências, com os movimentos, com a juventude, com os grupos identitários de mulheres, de negros, no caso de vocês aqui, de imigrantes… de grupos urbanos que possam se articular com grupos rurais, e assim por diante. Então, para mim, a chave está no território" (AD).*

Jordi Estivill converge com esta perspetiva e evoca o caso da Catalunha como exemplo concreto dessa articulação territorial. Em algumas das chamadas "capitais comarcais" — cidades relativamente pequenas onde as redes de proximidade são densas — os atores da economia solidária e da educação transformadora sobrepõem-se frequentemente, sendo muitas vezes as mesmas pessoas. É a partir dessa proximidade que o diálogo entre os dois campos se materializa e se aprofunda. *"Em alguns municípios da Catalunha, uma pessoa pode nascer e morrer na economia solidária. Quer dizer que temos escolas, centro de saúde, bancos, formas diferentes de finanças éticas, vivenda com as cooperativas de vivenda, dois cinemas, vários teatros. De alguma maneira, a economia solidária tem a vontade de intervir em todas as dimensões da vida económica" (JE).*

Ana e Jordi convocam ainda uma questão essencial para esta discussão: a tensão de desenvolver projetos contra-hegemónicos a partir do interior do próprio sistema que se pretende transformar. Como refere Ana, "*Infelizmente, o capitalismo é a nossa segunda pele, porque a gente vive, respira, transpira capitalismo. E é muito difícil a gente se livrar de algumas coisas que são agarradas na gente, porque arrancar a pele dói.*" E o próprio *"Estado, infelizmente, é capitalista" (AD).* Esta tensão articula-se também com a relação entre o local e o global – dinâmicas que são globais e as suas manifestações e resistências locais, como as consequências do extrativismo e a necessidade de criar circuitos alternativos. Para Jordi, no contexto europeu, essa ligação é menos imediata, o que dificulta uma consciência global mais direta. Como refere, "*Eu diria que não é tão direto como na América Latina onde a economia extractivista deixa sem recursos áreas e territórios. Isto não acontece na Europa, portanto, é mais difícil ter uma consciência global" (JE).* Já no contexto latino-americano, essa interdependência surge de forma mais visível e sentida materialmente.

É também a partir deste contexto que Ana Dubeux introduz a dimensão da colonialidade, sublinhando que o colonialismo não apenas reorganizou estruturas económicas e políticas, mas também desestruturou epistemes locais e formas de relação com o mundo. Como refere, "*Quando a gente vai para os territórios é que a gente vê isso forte. Você vê, por exemplo, um povo indígena que está tentando reconquistar seu território, que conseguiu a demarcação da terra. Mas que os próprios representantes, as próprias pessoas que pertencem ao povo indígena, querem ser grandes fazendeiros, criadores de boi, ou grandes plantadores de cana. Isso vem de onde? É um trabalho hercúleo de tentar retomar quem era você. E a episteme que vai surgir agora é uma episteme que eles mesmos estão construindo, nessa luta com eles mesmos, de arrancar o colonizador de dentro de si" (AD).*

É no entrelaçar das resistências locais que se constrói a transformação, colocando o desafio de que a sua articulação não apague a diversidade que as sustenta.

Como não desistir: a utopia como motor

Perante muitos impasses e contradições, a pergunta sobre como não desistir é inevitável. Quem trabalha nestes campos vê projetos a encerrar, pessoas a afastarem-se, energias a dissiparem-se.

Às dificuldades internas a cada campo soma-se o contexto externo. O avanço da extrema-direita e do fascismo, a fragmentação das lutas sociais, a desorientação de uma juventude que procura novos formatos de organização — o sindicato, o partido, a associação de bairro já não bastam — tornam a questão mais complexa.

Ana Dubeux aponta o financiamento como um nó central, particularmente à luz do paradoxo e da crise que atravessam os modelos europeus de Estado-Providência. Quando o Estado é a principal — ou única — fonte de recursos, a sua retração não produz apenas constrangimentos operacionais, mas desencadeia impactos subjetivos e coletivos mais profundos. Como refere: *"Aqui na Europa sempre foi muito forte o financiamento do Estado, né? E que cada vez mais desaparece. Então, as pessoas não conseguem encontrar a possibilidade de se financiar de outra forma. E vai dando um sentimento de impotência coletiva, que vai gerando uma tristeza, um adoecimento, uma apatia" (AD).*

A resposta, para Ana, é a utopia e a militância como motor. *"Como dizia o Galeano — a utopia serve para caminhar. A gente não pode perder a utopia. Para mim, é a utopia que nos move. E por mais que determinadas frustrações vão gerando adoecimento, a gente tem que*

reorientar o rumo e ir por ali. Mas a utopia, ela está ali. Tem que estar ali movendo o tempo todo" (AD). Esta perspetiva traduz-se numa prática que a própria caracteriza como uma forma de militância no interior das instituições. Recorda, a este propósito, o longo processo na sua universidade até à institucionalização do diálogo com a sociedade: foram necessários trinta anos para consolidar um coletivo docente com motivações comuns, capaz de criar o Bacharelado em Agroecologia e Educação Popular e o Doutoramento em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. De um pequeno núcleo inicial, o grupo cresceu significativamente, atraindo inclusive docentes de outras universidades. *"Eu vejo isso como um movimento dialético. A gente tem que enxergar a realidade pressionando a escola, a escola pressionando a realidade. A gente não pode pensar isso de maneira separada" (AD).*

Jordi coloca as contradições presentes na prática da economia solidária. *"É como criar ilhas no deserto; como ter força para lutar contra o capitalismo dentro do próprio capitalismo?" (JE).*

Entre economia solidária e educação transformadora, que convergências são possíveis?

A pergunta central da conversa não encontrou uma resposta simples, nem linear, sobretudo no plano da sua materialização prática e operacional. Para Ana Dubeux, *"a convergência teórica, conceptual, metodológica, ela está dada. O problema é como isso se materializa… O lugar do trabalhador da economia solidária é de super-heróis: por um lado tem a materialidade da sobrevivência económica; por outro lado, preocupar-se com as articulações políticas, o projeto formativo. Sem projeto político não rola" (AD).*

Jordi, tendo comparado os princípios e valores da educação transformadora com os da economia solidária, verifica que *"há muito mais semelhanças do que diferenças. Ajuda humanitária global, reflexão crítica, solidariedade, direitos humanos, educação global, democracia, anticolonial, empoderamento dos cidadãos – estes são todos valores que a economia solidária também tem" (JE).*

Ainda que partilhem um horizonte político comum, é no plano territorial e económico que emergem os principais distanciamentos. Jordi observa que as diferenças se colocam num plano mais relativo e situado, dependendo de que países estamos a falar. *"Por exemplo, a importância do local e do território. A Ana falou que é muito importante na economia solidária no Brasil. Eu diria que também é no caso de Portugal, de Espanha, de França e de Itália – o território e o local têm uma grande importância. Pelo contrário, na educação transformadora, não vejo tanto o acento sobre a ideia do território" (JE).*

Outra diferença fundamental prende-se com o lugar da dimensão económica – central na economia solidária e pouco presente na educação transformadora. *"A economia solidária não é compreensível se não é com o discurso de uma prática económica... Não é só um problema teórico, não é só um problema de reflexão teórica crítica, mas também que tem que verificar, tem que pôr à prova, tem que experimentar. E é desta experimentação, desta verificação, que se pode ir avançando na construção da economia solidária"* (JE).

Já a dimensão política é central aos dois campos. *"A dimensão política é evidente que tanto na educação transformadora como na economia solidária é uma dimensão importante. Importante porque é impossível lutar contra o capitalismo sem ter um discurso político, que não é partidário, que é diferente. Um discurso crítico com respeito às estruturas existentes e um discurso que tenta formular alternativas, e alternativas concretas" (JE).*

No modelo catalão esta dimensão política passa por uma visão integral da economia solidária que se propõe intervir em todas as esferas da vida económica: *"Na dimensão produtiva, na dimensão distributiva, na dimensão comercial, na dimensão do consumo e das finanças. Isto me parece que é uma visão integral, que é muito interessante da economia solidária, e que não sei se temos a educação transformadora integral da vida" (JE).*

Ainda assim, Jordi identifica um obstáculo estrutural: o mundo pedagógico é muito fechado. "*São maestros, professores, não querem que os outros se metam no seu banco. Portanto, é difícil entrar no mundo educativo*." Um exemplo disso é a Rede de Economia Solidária em Espanha que só conseguiu criar um grupo de trabalho sobre educação em 2024 — depois de mais de vinte anos de existência. *"É muito significativo não conseguirmos penetrar no mundo educativo. Portanto, se se for usar para a renovação do campo educativo, que vai no sentido da educação transformadora, então é possível ter umas bases de diálogo entre os que partilham os princípios e valores da economia solidária. Mas a economia solidária sempre vai estar alerta no sentido de que tem uma forte dimensão prática e económica. Sempre vai pedir como se verificam os princípios da educação transformadora. Se não há mecanismos de verificação ou de comprovação, dificilmente se produzirá um diálogo" (JE).* Lança assim o desafio para que a educação transformadora também possa ser posta à prova e ser "verificável".

Duas trajetórias dedicadas às práticas transformadoras

Há um momento na conversa em que Ana Dubeux descreve as pessoas que trabalham na economia solidária como "super-heróis": pessoas que gerem simultaneamente a materialidade da vida, o comprometimento com as práticas e as articulações políticas de longo prazo. As trajetórias de Ana e Jordi são exemplo disso mesmo – duas trajetórias de coerência entre pensamento e ação pela transformação social.

Ana articula entre dois continentes, construiu um doutoramento em agroecologia sem financiamento, luta por dentro das estruturas académicas e nos territórios com a paciência de quem sabe que trinta anos é apenas o começo.

Jordi partilha da mesma linhagem. Durante a pandemia, o movimento catalão de que faz parte lançou o conceito de "*economia solidária como uma economia para a vida*"[4] — uma formulação que suscitou um grande interesse e tem contribuído para a reinvenção do movimento.

São pessoas que escolheram o caminho mais longo e mais incerto — não o da mudança rápida e visível, mas o da transformação estrutural que se mede em gerações. Que continuam a colocar perguntas difíceis mesmo quando as respostas não chegam.

Este diálogo — atravessado por cortes de ligação, desafios técnicos, e pela resistência em contorná-los — é, ele próprio, um ato político. Nele cruzam-se campos que pouco dialogam, duas tradições que se reconhecem sem se dissolver uma na outra, dois continentes que partilham as mesmas perguntas sem ter as mesmas respostas — e também duas pessoas que dedicam a sua vida ao questionamento, à partilha e à justiça social.

O que fica é a prova de que o diálogo é possível, de que as ilhas comunicam entre si por caminhos que nem sempre são visíveis, e de que a utopia — como dizia Galeano — serve precisamente para isso: para caminhar.

ÍNDICE

[4] Ver, por exemplo, o número especial da revista catalã de economia social e solidária Nexe (n.º 45, 2020), incluindo um artigo de Jordi Estivill. Disponível em: https://nexe.coop/sites/default/files/descarregables/revistes/pdf/nexe_45.pdf